



AEP15
FUNDAÇÃO



**RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2024**

13	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	52
14	DIFERIMENTOS	52
15	RÉDITO	52
16	SUBSÍDIOS.....	53
17	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	53
18	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	54
19	GASTOS COM PESSOAL.....	54
20	OUTROS GASTOS E PERDAS.....	55
21	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.....	55
22	CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS	56
23	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	56

felix *SP*

Introdução

O ano de 2024 continua a ser marcado por um contexto global instável, com repercussões profundas na economia mundial e nas dinâmicas geopolíticas. A guerra na Ucrânia, iniciada pela invasão da Rússia em 2022, persiste como um dos maiores desafios da Europa, com impactos diretos e indiretos que se estendem por várias regiões do mundo. A tensão crescente no Médio Oriente, com novos confrontos desde o mês de outubro de 2023, agrava ainda mais o quadro internacional e as relações comerciais entre países.

Esses conflitos refletem-se nas cadeias globais de valor, resultando em ruturas e dificuldades de abastecimento, e acentuam a pressão inflacionista que continua a perturbar o ciclo económico. A instabilidade política e social gerada por esses eventos também condiciona a confiança nas economias e dificulta a realização de investimentos, um dos pilares essenciais para o crescimento sustentado.

No cenário nacional, Portugal enfrenta uma situação política turbulenta, agravada pela crise institucional que resultou na queda do governo e na dissolução da Assembleia da República no início de 2024. Este período de incerteza política gera um clima de desconfiança tanto nas decisões estratégicas das empresas como nas atitudes dos consumidores, afetando diretamente o ambiente de negócios no país.

Apesar das dificuldades evidentes, a Fundação AEP tem mantido, de forma persistente, a sua missão de apoiar a comunidade empresarial e os empresários. Em linha com os princípios fundadores da nossa instituição, a Fundação tem trabalhado para responder aos desafios crescentes e complexos da sociedade contemporânea, proporcionando soluções que visam atenuar os impactos negativos gerados por este cenário adverso.

A Fundação AEP obteve resultados positivos em 2024, resultado de uma estratégia robusta de captação de patrocínios e apoio à sua atividade voluntária, o que tem sido amplamente reconhecido pelos nossos stakeholders. Este sucesso tem sido possível não apenas pela adaptação e resiliência demonstradas, mas também pela forte colaboração com parceiros e pela dedicação de todos os envolvidos nos projetos e iniciativas da Fundação.

À medida que superamos os desafios de um ano particularmente difícil, a Fundação olha para o futuro com esperança e confiança. Os projetos em curso, aliados à contínua procura por soluções inovadoras, são a base sólida para uma recuperação gradual e para a construção de um futuro mais estável e promissor.

Missão

Criada a 19 de Novembro de 2009, a Fundação AEP recebeu o seu Reconhecimento no dia 29 de Julho, através de Despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, com publicação em Diário da República em 13 de Agosto [Despacho nº 13077/1020] e foi declarada de 1) utilidade pública pelo Despacho n.º 245/2011, de 17 de Dezembro de 2010, publicado no Diário da Republica – 2ª série, nº 4, de 06 de Janeiro de 2011, 2) Confirmada pelo Despacho nº 1532/2013, de 7 de Janeiro de 2013, publicado no Diário da República – 2ª série, nº 18, de 25 de Janeiro de 2013 e 3) Renovada pelo Despacho nº 6420-A/2018, de 27 de junho de 2018, publicado no Diário da República – 2ª série, nº 124, de 29 de junho de 2018.

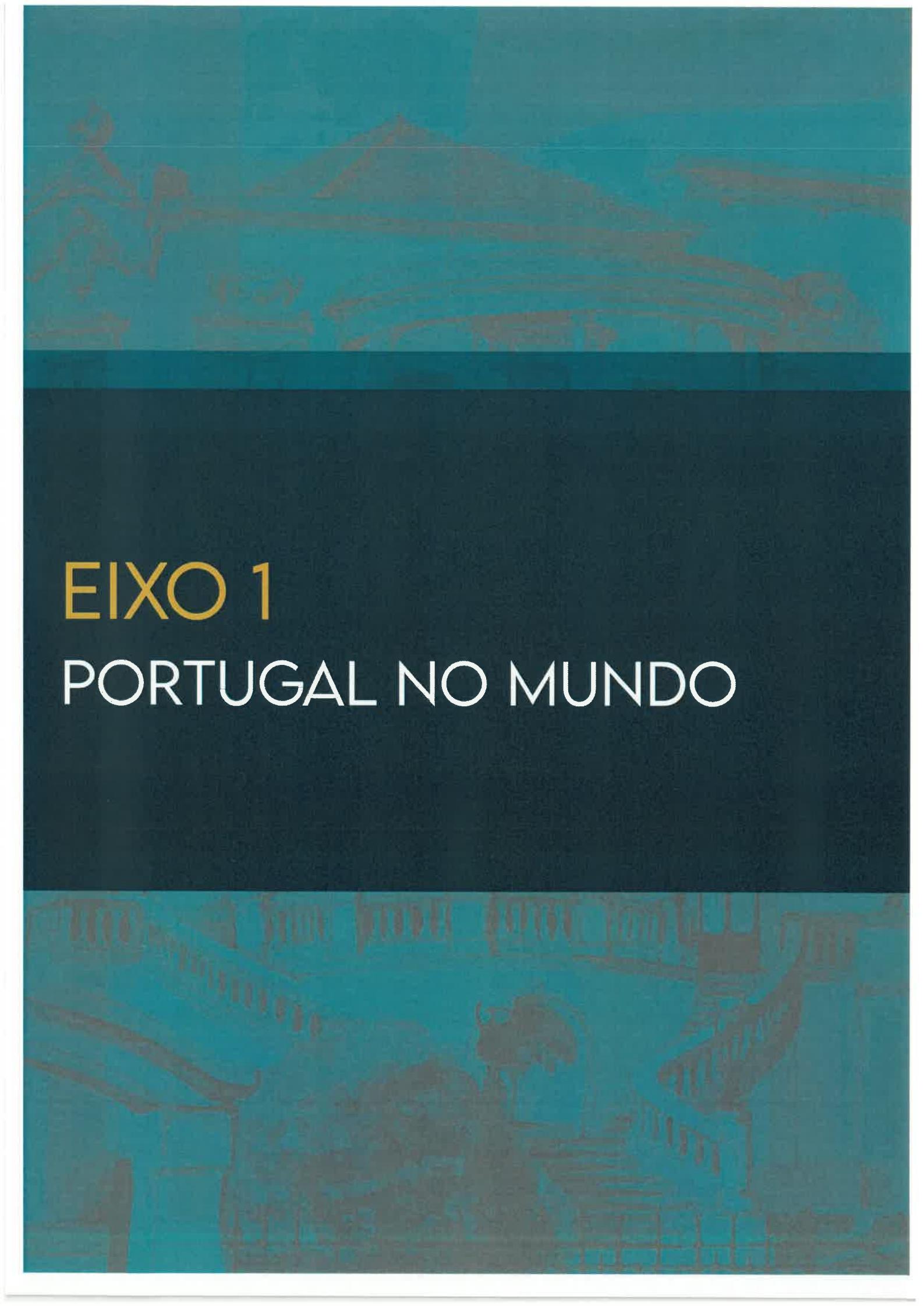
A Fundação AEP tem como missão realizar, apoiar e patrocinar ações de caráter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial, assim como a difusão de conhecimentos na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

A Fundação AEP pretende constituir uma resposta do setor empresarial às necessidades de criação de emprego, de inovação, de crescimento e de desenvolvimento económico, no quadro das suas valências e das suas iniciativas, atuando como processo de percepção e aproveitamento eficaz de oportunidades de criação de valor social e económico.

Para a Fundação AEP a criação de valor é um processo ativo, que implica aprendizagem permanente. É neste sentido que pretendemos implementar uma abordagem própria, promovendo a colaboração entre pessoas e entidades, segundo uma visão integradora e interdisciplinar.

Os princípios fundadores da instituição mantêm plena atualidade.

ATIVIDADES



EIXO 1

PORTUGAL NO MUNDO

EIXO 1 – PORTUGAL PELO MUNDO

AÇÃO #1.1 | A DIÁSPORA COMO ATIVO ESTRATÉGICO

A **Rede Global da Diáspora** é o projeto da Fundação AEP que tem como objeto o reforço da constituição de uma Rede Global da Diáspora, através da criação de uma Plataforma Social de Networking.

Esta ambiciona aproximar as PME aos cidadãos portugueses espalhados um pouco por todo o mundo e promover deste modo as exportações nacionais.

A conceção de uma estratégia coletiva de coadjuvação e de networking em larga escala deverá continuar a ser capaz de agilizar a abordagem das PME aos países e aumentar significativamente o acesso das mesmas aos mercados internacionais.

AÇÃO #1.2 | MISSÕES INTERNACIONAIS DE PROMOÇÃO E CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO JUNTO DA DIÁSPORA PORTUGUESA

Os territórios portugueses têm desenvolvido uma estratégia consistente de internacionalização e de investimento no mercado global. Constatase desse esforço bons resultados no crescimento económico, na criação de emprego qualificado, no maior valor acrescentado nacional e ainda maior coesão territorial.

Ação #1.2.1 | Brasil e Uruguai

A missão ao Uruguai integra, também, uma das iniciativas previstas para **Ativação Internacional da Rede Global**, através da ação Encontro de Negócios da Diáspora

Esta missão está incluída num quadro de missões dirigido à Diáspora Portuguesa, com o objetivo de divulgar e promover as oportunidades de investimento nos territórios portugueses, junto das comunidades expatriadas e, em particular, dos empresários.

Respeitando os dados subjacentes a esta Missão, a mesma procura responder aos seguintes objetivos:

- Reforçar a percepção de Portugal como país seguro, estável, inovador, moderno, cosmopolita, acolhedor e com um ambiente propício aos negócios;

- Apresentar o território de Penafiel enquanto espaço múltiplo de oportunidades para o fornecimento de produtos de qualidade e de território com excelentes condições para atração de investimentos;
- Reforçar o reconhecimento das empresas portuguesas nos mercados externos enquanto produtoras de bens e serviços de elevada qualidade e diferenciação;
- Atrair os empresários da Diáspora como potenciais investidores relevantes;
- Desenvolver a relação económica e cultural entre profissionais lusófonos e não lusófonos;
- Criar uma rede entre empresários e executivos com afinidade com o concelho de Penafiel, pela sua origem, pelo seu negócio ou pela sua simpatia;
- Sensibilizar as comunidades portuguesas no Uruguai para a cooperação cultural com Penafiel.

A missão teve lugar nos dias 14 a 21 de julho, com um conjunto de iniciativas dirigidas a empresários da diáspora portuguesa, particularmente a que está ligada, direta ou indiretamente, ao território do Vale do Sousa e, em particular, ao concelho de Penafiel.

Ação #1.2.2 | França (Bordéus e Toulouse)

Numa comitiva integrada pelo Presidente de Câmara, Antero Barbosa, pela Vereadora da Internacionalização, Paula Nogueira, e o Assessor da presidência para o Desenvolvimento Económico, Filipe Teixeira, o programa da visita considerou um conjunto de visitas a instituições e personalidades relevantes para o reconhecimento da realidade local e as oportunidades de colaboração com o concelho de Fafe.

Ação #1.3 | ARTIGOS DESCENDÊNCIAS

Numa colaboração com a Associação Internacional dos Lusodescendente (AILD), a Fundação AEP divulga o seu projeto Rede Global da Diáspora na revista Descendências, a qual é publicada mensalmente.

AÇÃO #1.4 | SUBMISSÃO DE NOVA CANDIDATURA PARA FINANCIAMENTO DE NOVAS AÇÕES

De acordo com Aviso (COMPETE2030-2024-4) publicado, a Fundação AEP, apresentou nova candidatura para financiamento das ações da Rede Global da Diáspora.

A Rede Global da Diáspora 3.0 pretende reforçar o processo colaborativo de internacionalização iniciado em 2020 pela Fundação AEP, com a criação da Rede Global da Diáspora, uma plataforma de relacionamento entre as PME nacionais e as comunidades de portugueses espalhados pelo Mundo, com o objetivo de facilitar a abertura dos mercados e incrementar as exportações. Desde que foi lançada, a Rede Global tem sido promovida numa série de mercados internacionais, onde a nossa diáspora tem uma forte presença, o que tem contribuído para a consolidação das relações externas, nomeadamente através de protocolos de cooperação com as mais variadas instituições nacionais e internacionais. Também a plataforma online de suporte à RGD tem vindo a beneficiar de upgrades nas suas funcionalidades, com o lançamento do Portal de Negócios e do Diáspora Business Intelligence, em 2022. Importa agora dar continuidade a esta estratégia, incrementando ainda mais o processo colaborativo com base em novas aplicações e novos mercados.

AÇÃO #1.5 | FÓRUM ECONÓMICO LUSO-URUGUAIO

A Fundação AEP recebeu no dia 12 de abril de 2024, nas suas instalações, o 1 Fórum Económico Luso-Uruguai

Estiveram presentes nomes relevantes para a discussão da temática, dos mais variados setores da sociedade que trabalham e estreitam importantes relações económicas, comerciais, culturais e científicas do Norte de Portugal com o Uruguai.

- Pedro Carvalho Esteves, Cônsul H. Uruguai no Norte de Portugal
- Paulo Vaz, AEP
- Antonino Sousa, CM Penafiel
- Conselheiro Adrián Fernandez Torello, Consulado do Uruguai em Lisboa
- Fabiana Valiño -presença online- Uruguai XXI
- Nuno Lopes, Grupo ETE
- Marlon Antunes, OnBoard Logistics Group



EIXO 2

INOVAÇÃO E PARTILHA DE CONHECIMENTO



EIXO 2 – INOVAÇÃO E PARTILHA DE CONHECIMENTO

AÇÃO #2.1 | FÓRUM PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO – CICLO DE CONFERÊNCIAS

A Fundação AEP continuou neste ano a reflexão profunda sobre o tema geral da produtividade e da inovação, e das políticas e reformas necessárias para assegurar as condições de crescimento económico sustentado e sustentável.

Essa reflexão, suportada por trabalhos de reputados académicos e especialistas, foi concretizada através da realização de um ciclo de Seminários de apresentação e debate de temas de política económica selecionados.

Ação #2.1.1 | 4ª Conferência

Decorreu no dia 10 de maio de 2024, em Lisboa, no ISCTE, a com o tema: **Capital Humano, Investimento e inovação Tecnológica.**

A abertura foi realizada por Luís Miguel Ribeiro, Presidente da Fundação AEP e Álvaro Beleza, Presidente da SEDES.

Os conferencistas foram:

- Nuno Crato | ISEG, Universidade de Lisboa e Iniciativa Educação
- Daniel Traça | ESADE, Barcelona

Os comentadores foram:

- Margarida Mano | Universidade Católica Portuguesa
- Sandro Mendonça | ISCTE

A moderação competiu a Sara Monteiro

Ação #2.1.2 | 5ª Conferência

Decorreu no dia 19 de junho em Aveiro, no auditório da AIDA CCI, a 5ª Conferência com o tema:

A recuperação do investimento nos setores de bens transacionáveis e o papel da Indústria na Economia e no Desenvolvimento Sustentável.



A abertura foi realizada por Fernando de Castro, Presidente da AIDA-CCI, Luís Miguel Ribeiro, Presidente da Fundação AEP e Álvaro Beleza, Presidente da SEDES.

*Luís Miguel Ribeiro
Álvaro Beleza
Sofia Salgado*

Os conferencistas foram:

- João cerejeira | Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho
- Augusto Mateus | Economista e ex-ministro da Economia

Os comentadores foram:

- João Ferreira do Amaral | Instituto Superior de Economia e Gestão
- Alberto de Castro | Universidade Católica, Centro regional do Porto

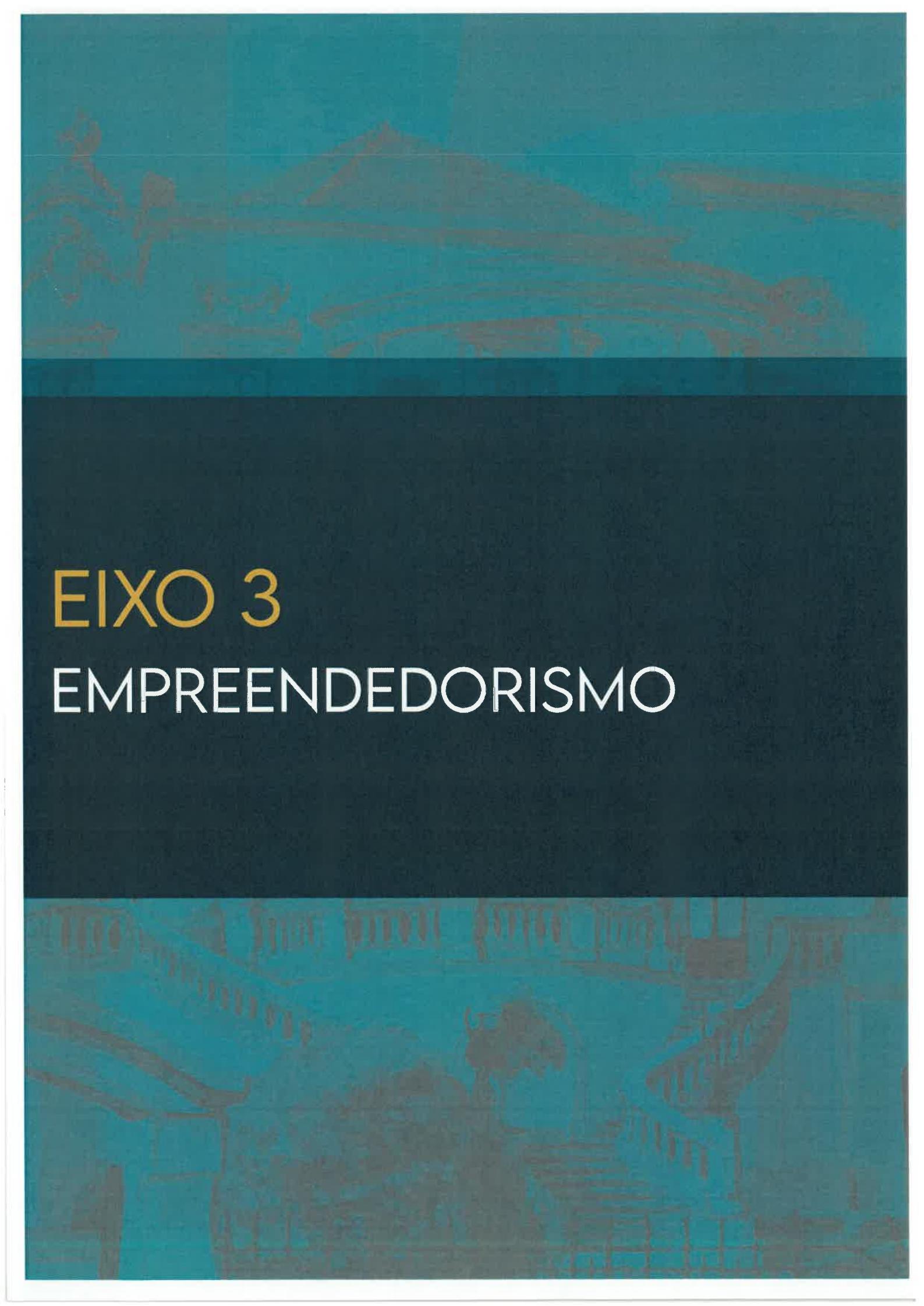
A moderação competiu a Sofia Salgado, Administradora da Fundação AEP

Ação #2.1.2 | Apresentação do livro 'Um Caminho para Portugal - Uma Política económica integrada para a Produtividade, Inovação e Crescimento'.

Fundação AEP acolheu, nas suas instalações, no dia 9 de fevereiro de 2024, a sessão de apresentação do livro 'Um Caminho para Portugal - Uma Política económica integrada para a Produtividade, Inovação e Crescimento', da autoria de Carlos Tavares e Sara Monteiro.

O livro "Um Caminho para Portugal", da autoria do ex-ministro da Economia Carlos Tavares e de Sara Monteiro é uma obra que apresenta uma análise rigorosa e atualizada dos principais desafios que o país enfrenta, bem como propostas concretas para os superar.

O livro aborda temas como a competitividade, a inovação, a sustentabilidade, a coesão social e a integração europeia, entre outros.



EIXO 3

EMPREENDEDORISMO

EIXO 3 - EMPREENDEDORISMO

Criar instrumentos que fomentem o desenvolvimento de agentes económicos mais esclarecidos e preparados para os desafios da sociedade moderna e da competição global.

AÇÃO #3.1 | CENTRO DE EMPREENDEDORISMO DE IMPACTO

O projeto ACTIVE tem como objetivo desenvolver competências para a criação e implementação de soluções de inovação social, através da dinamização do ecossistema regional de apoio ao empreendedorismo de impacto e de um programa de incubação, aceleração e capacitação, visando o desenvolvimento de um processo aberto e incremental para a promoção da participação inclusiva da sociedade na resposta a necessidades e desafios sociais e societais.

O valor associado a este projeto é indissociável da missão social, bem como da emergência de novos atores que efetivem a inovação social no território. Para o efeito, inclui a definição de uma estratégia para a inovação social e o empreendedorismo de impacto, operacionalizada através de metodologias de empoderamento pessoal e de aprendizagem de novas competências, a dinamizar numa rede de centros de apoio qualificados, que consubstancia uma comunidade de prática da Inovação social, a criar no seio do ecossistema.

O projeto vai ser implementado no território do Alto Tâmega e Barroso, onde será criada uma rede de centros de apoio ao empreendedorismo de impacto em cada um dos municípios que o integra, e cuja dinamização será da responsabilidade de um conjunto de gestores da comunidade, que atuarão em conjunto e em sintonia com a restante equipa, em particular os gestores de projeto que irão acompanhar os empreendedores, perante os objetivos que se pretendem alcançar.

O projeto também prevê um programa de incubação, no qual os empreendedores serão acompanhados por uma equipa de gestores de projeto que, de forma estruturada, irão acompanhar o desenvolvimento das ideias de projeto, orientando e partilhando os seus conhecimentos e experiência em diversas áreas, de acordo com o perfil e necessidades identificadas, podendo incluir-se o apoio à estruturação do modelo de intervenção, a definição de uma estratégia de mercado, o apoio na procura de financiamento, a

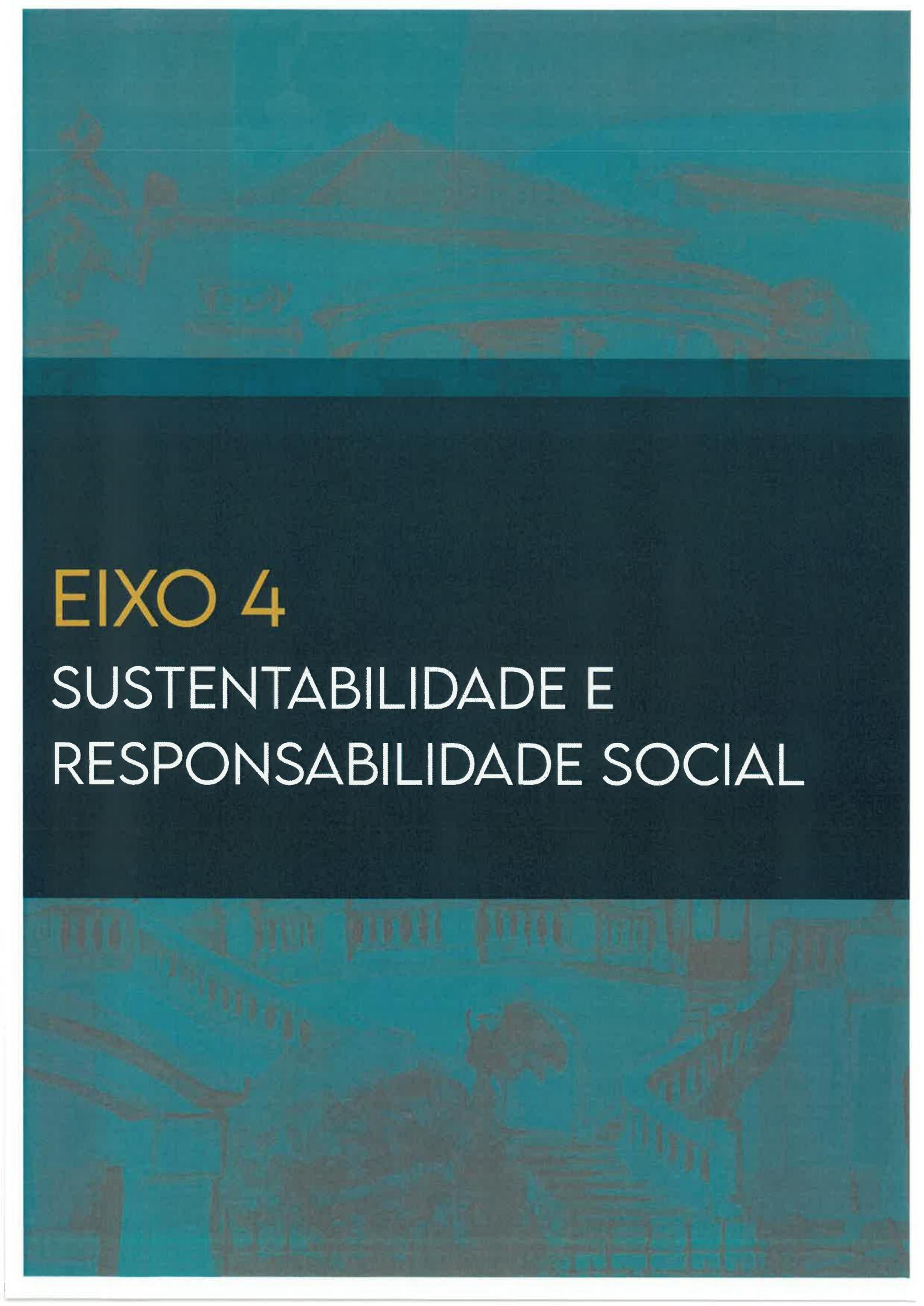
estruturação de um pitch para apresentação a investidores sociais, a utilização de ferramentas de apoio à gestão, entre muitos outros.

Os projetos de inovação social terão oportunidade de ser incubados, descentralizadamente em espaços próprios disponibilizados pelas autarquias, sendo que, sempre que seja favorável ao empreendedor, poderão ser concretizadas na Incubadora da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega ou no Alto Tâmega Office Center, espaço de cowork da CIMAT, situada em Chaves.

AÇÃO #3.2 | OPORTUNIDADES DA LONGEVIDADE

Decorreu em 17 de maio na Fundação AEP, um debate sobre o impacto da longevidade no Porto e em Portugal. O painel foi composto por Fernando Paulo, Vereador da Câmara Municipal do Porto com o pelouro da Educação e o da Coesão Social; Ana Sepúlveda, Presidente da Associação Age Friendly Portugal e CEO da 40+ Lab; Gabriela Queiróz, associada sénior da JPAB - José Pedro Aguiar-Branco Advogados e Helena Gonçalves, coordenadora do Fórum de Ética da Católica Business School. A moderação do debate esteve a cargo de Sofia Salgado, administradora da Fundação AEP.

A Conversa/Debate aconteceu por ocasião da instalação, no Norte, da Age Friendly Portugal e inscreve-se na estratégia de criar no Porto um ecossistema de âmbito internacional dedicado às áreas relacionadas com as questões demográficas, nomeadamente à longevidade.



EIXO 4

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

EIXO 4 - SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

AÇÃO #4.1 | CICLO «O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE»

Conversas orientadas por moderador especialista, tendo por base testemunhos empresariais de boas práticas de sustentabilidade nas PME nacionais.

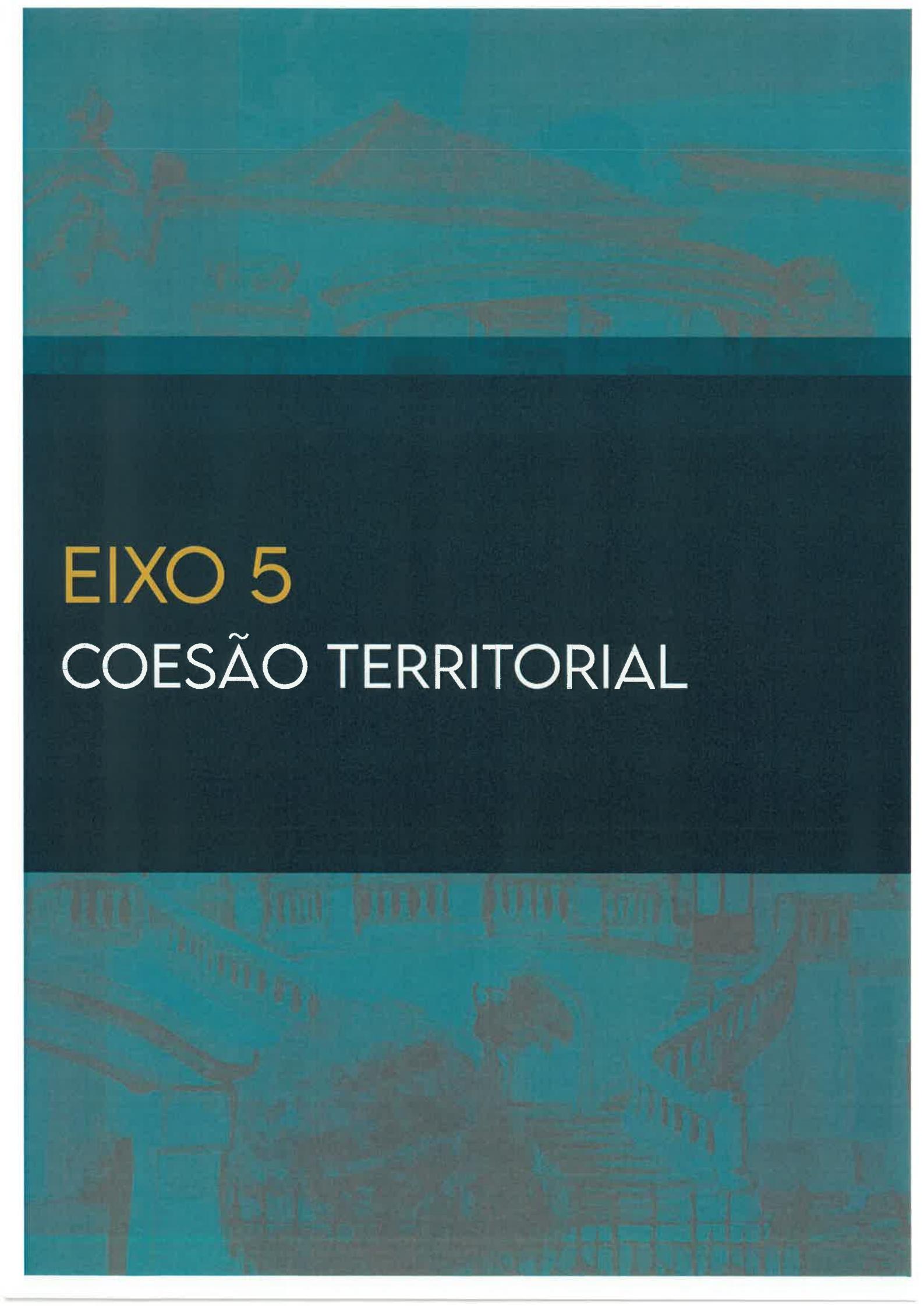
Pretende-se, a partir de casos concretos de boas práticas empresariais, caminhar para uma eficaz disseminação no perímetro territorial relevante da envolvente das empresas.

Neste ano, realizou-se no dia 11 de abril mais uma Talk Online, sob o tema:

Como reportar os compromissos ao nível das políticas ambientais, sociais e de governança? As boas práticas.

Esta sessão contou com as seguintes participações:

- Sofia Salgado, Administradora da Fundação AEP;
- Rui Pedroto, Presidente da Comissão Executiva da Fundação Manuel António da Mota;
- Filipa Saldanha, Diretora do Gabinete de Sustentabilidade do Crédito Agrícola;
- Paula Guimarães, Diretora de Sustentabilidade da Navigator;
- Pedro Fernandes, Business Developer, Climate Change da APCER;
- Cecília Meireles, da Cerejeira Namora, Marinho Falcão, Advogados;
- João Luís de Sousa, Diretor do Semanário Vida Económica.



EIXO 5

COESÃO TERRITORIAL

EIXO 5 -COESÃO TERRITORIAL

AÇÃO #5.1 | PORTUGAL POR INTEIRO

O Think Tank PORTUGAL POR INTEIRO/Territórios de Futuro é um laboratório de ideias criado pela Fundação AEP, com a missão de promover uma reflexão prospetiva e estratégica sobre o futuro do País a partir dos seus territórios, fora da bolha centralista e tecnocrática e fora da caixa das ideias feitas e das soluções pronto-a-vestir. Mobilizando o saber e a experiência de empresários, académicos, profissionais liberais, dirigentes associativos e inúmeras personalidades da sociedade civil, esta reflexão está focada nos problemas estruturais do país, com particular incidência na coesão, na competitividade e na sustentabilidade territorial, à luz dos desafios e oportunidades geradas pelas mutações/transições «societais» e tecnológicas em curso: demográfica, climática, digital e energética. Os seus trabalhos, consagrados à elaboração de cenários prospetivos e de propostas temáticas para enriquecer a dimensão territorial das políticas públicas, serão disseminados através da realização de estudos e relatórios e da organização de conferências e debates.

Atividade #5.1.1 | Cooperação Transfronteiriça na perspetiva Económica e Social”

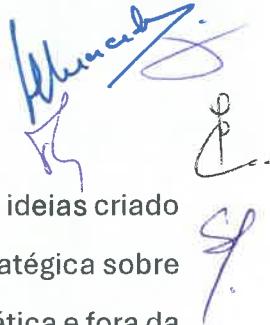
Decorreu em Valença, no ESCE-Escola Superior de Ciências Empresariais, no dia 15 de julho.

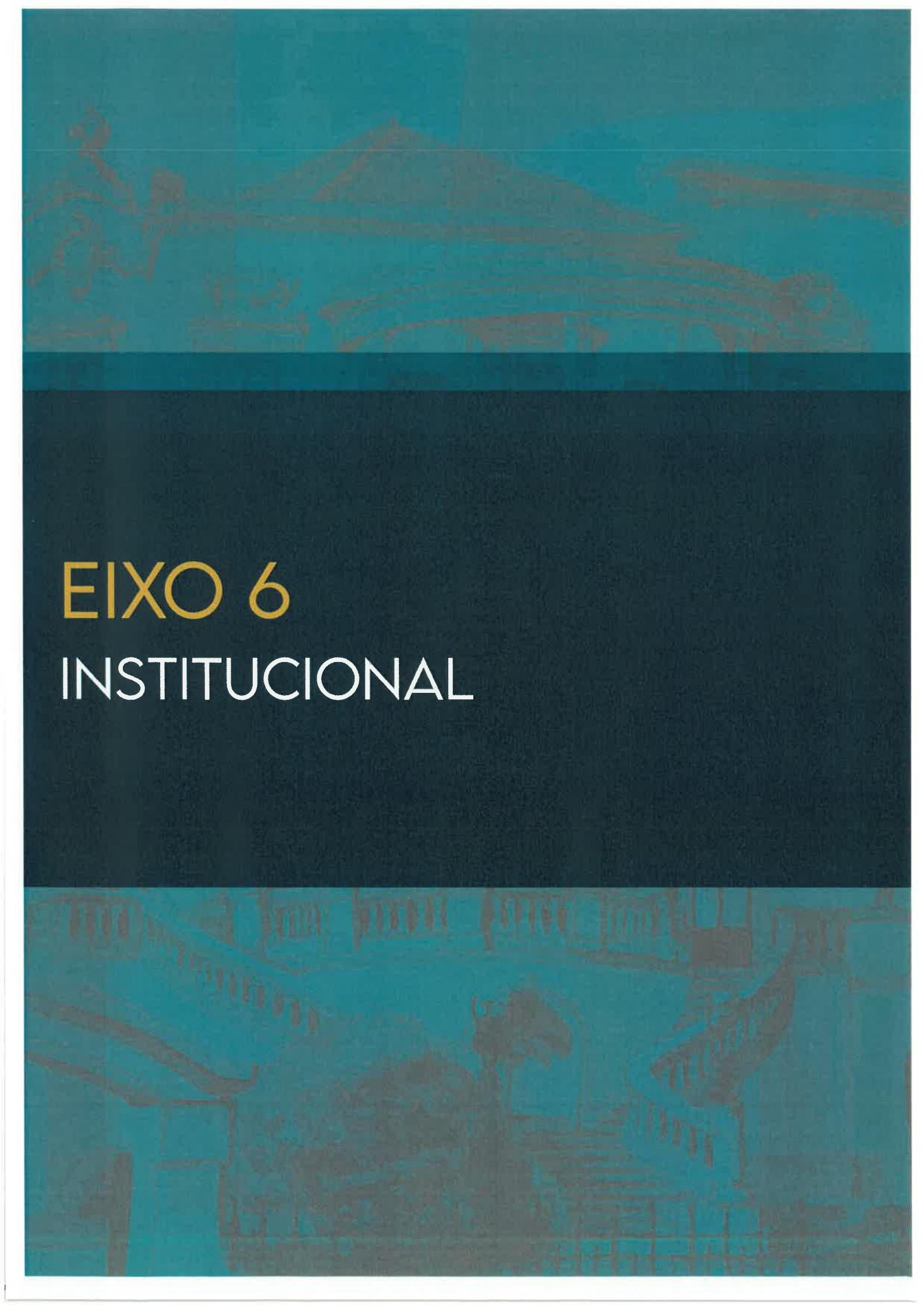
Tendo como Keynote Speakers, Juan Manuel Vieites e Luís Braga da Cruz sobre a temática “Cooperação Transfronteiriça na perspectiva Económica e Social” a sessão promoveu o debate sobre a cooperação transfronteiriça entre o Minho e a Galiza .

A sessão foi aberta por Carlos Rodrigues- Presidente do IPVC, José Manuel Carpinteira - Presidente da CM de Valença, Isabel Pires de Lima - Vice-presidente da Fundação de Serralves e Miguel Pinto - Administrador da Fundação AEP.

Com moderação de Maria Cerqueira, jornalista da RTP, o painel de comentadores foi composto por Ricardo Simões- Diretor da Unidade de Inovação- CCDR-N, Jorge Gonzales Gurriarán- Professor Jubilado da Universidade de Vigo, Luís Ceia - Presidente do Ceval e Alfonso Rubio -Xunta da Galicia.

Luís Ramos - Diretor Executivo do Portugal por Inteiro e Manoel Batista Pombal - Presidente da CIM Alto Minho encerram a sessão.





EIXO 6

INSTITUCIONAL

EIXO 6 - INSTITUCIONAL

AÇÃO #6.1 | CONVERSAS NA FUNDAÇÃO

As Conversas na Fundação resultaram no ano 2024 em eventos com forte impacto mediático resultante, quer das temáticas abordadas, quer da qualidade e notoriedade dos oradores convidados.

Sob coordenação do Prof. Dr. Alberto de Castro e com o apoio do Gabinete de Estudos e Estratégia da AEP foram realizadas as seguintes Conversas:

29 de abril - Diretor Executivo UNOPS, Jorge Moreira da Silva.

Tema: “Os desafios do desenvolvimento sustentável num contexto de crises globais”.

Ao longo da sua intervenção defendeu que o ‘desenvolvimento sustentável só faz sentido se a componente da proteção ambiental, do desenvolvimento económico, e do desenvolvimento social estiverem alinhados e reforçados.

20 de maio - Comissária Europeia, Elisa Ferreira

Tema: ‘Os desafios do desenvolvimento económico português e as políticas europeias’.

Na sua intervenção, a Comissária Europeia, aconselhou as empresas portuguesas a usufruirem dos novos pacotes 20-21 e do PRR de forma estratégica, tendo em consideração todos os novos desafios da economia europeia e global.

Os resultados tidos em vista foram alcançados, passando por conferir maior notoriedade e reconhecimento à Fundação AEP na dinamização de iniciativas impulsionadoras da aquisição e partilha de conhecimento.

AÇÃO #6.2 | AEP GOLF BUSINESS CUP

A Fundação AEP, em conjunto com a AEP - Associação Empresarial de Portugal tem vindo a dinamizar um conjunto de atividades que procuram incentivar a interação entre a comunidade empresarial nacional, quer através de iniciativas resultantes de temáticas dirigidas às empresas, quer de ações organizadas fora do contexto tradicionalmente associadas aos negócios.

*lúcia S.
R. S.*

No quadro desta intervenção, organizamos o circuito AEP GOLF BUSINESS CUP, que neste ano concretizou cinco provas que percorreram o país.

A estrutura deste circuito assenta, igualmente, na dinamização das estruturas associativas empresariais nas regiões onde decorrem as provas, uma forma de garantir o maior envolvimento e participação das empresas, permitindo contribuir para a valorização dos recursos endógenos e dos territórios.

As datas e os locais de realização dos torneios foram as seguintes:

- **Amarante** – 18 de maio 2024
- **Óbidos** - 15 de junho 2024
- **Espinho** – 29 de junho 2024
- **Estela** – 20 de julho 2024
- **Ponte de Lima (Prova Ibérica)** – 5 de outubro de 2024

AÇÃO #6.3 | ALUGUER DE SALAS

Aproveitando da qualidade do edificado, pretende-se dotar o espaço interior das melhores condições para eventos em formato presencial e online, em simultâneo. Concomitantemente, a oferta contempla serviços de catering e refeição no local.

AÇÃO #6.4 | CELEBRAÇÃO DO 15º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO AEP

No dia 22 de novembro, assinalámos o 15.º aniversário da Fundação AEP com uma conferência dedicada ao tema "O Valor Económico da Língua Portuguesa", protagonizada pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Paulo Rangel.

A língua portuguesa, falada em países de cinco continentes, é muito mais do que um meio de comunicação: é uma ferramenta estratégica para a cooperação internacional e um ativo económico de inegável relevância global.

Na ocasião, o Presidente da Fundação AEP, Luís Miguel Ribeiro, destacou o papel fundamental da diáspora portuguesa enquanto recurso estratégico para a promoção de Portugal no mundo e para a criação de novas oportunidades nos mercados internacionais.

Ao longo dos últimos 15 anos, a Fundação AEP tem sido um agente de referência na promoção da competitividade e inovação das empresas portuguesas, consolidando pontes



entre Portugal, a diáspora e os mercados globais, sempre com o objetivo de contribuir para o progresso sustentável do país.

Continuaremos a trabalhar pelo desenvolvimento económico de Portugal e pela valorização do nosso tecido empresarial.

AÇÃO #6.5 | CONCESSÃO DO RESTAURANTE

Neste ano foi continuado o novo enquadramento contratual da Concessão de Exploração do Restaurante da Fundação, decorridos os primeiros dez anos de exploração.

De acordo com a negociação efetuada, resultou um acordo para concessão de exploração por mais dois anos, renováveis, sob condição de ser garantida a renovação do espaço do restaurante e melhorado o serviço.

Com as novas condições de exploração, o concessionário efetivamente realizou obras de melhoramento no espaço do restaurante com benefício da sua clientela e prestígio da Fundação.

AÇÃO #6.6 | RELAÇÕES ASSOCIATIVAS

O Centro Português de Fundações (CPF) é a instituição representativa do setor fundacional em Portugal.

O CPF é uma associação privada, reconhecida de utilidade pública, que reúne hoje mais de uma centena de fundações portuguesas, provenientes de todo o país, caracterizadas por diferentes origens, dimensões, finalidades e âmbitos de atuação.

A Fundação AEP tornou-se associada do CPF em 2011, estatuto que manteve em 2024.

AÇÃO #6.7 | PROTOCOLOS

A Fundação AEP outorgou um protocolo de colaboração com o Foment del Treball Nacional, de Barcelona.

O Foment del Treball Nacional é a Confederação que representa os empresários e a poderosa indústria catalã desde 1771. Como organização independente, privada, sem fins lucrativos, abrangida pelo direito constitucional e legal de associação de empresários.

A cerimónia contou com a presença do Presidente da Fundação AEP, Luís Miguel Ribeiro e do Presidente do Foment, Josep Sánchez Llibre, liderando uma comitiva composta por David Tornos (Secretário-Geral); Joan Foguet, Maria Mora e Ramon Font.



RESULTADOS

A Fundação AEP encerrou o ano de 2024 com um resultado líquido de € 25.477 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete euros).

A Fundação AEP não tem quaisquer dívidas em mora perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado de 2024, no montante de € 25 477 (vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete euros), seja transferido para resultados transitados.

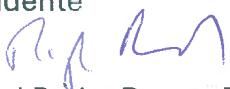
AGRADECIMENTOS

Queremos, por fim, dirigir uma palavra de apreço a todos os Fundadores, Curadores, aos membros do Conselho Fiscal e a todos os colaboradores que, ao longo deste ano de 2024, com o seu apoio e confiança, nos ajudaram na nossa missão.

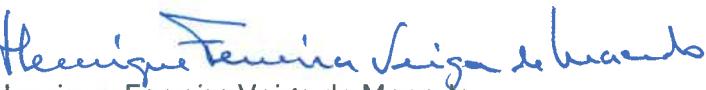
Porto, 20 de maio de 2025

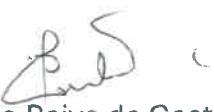
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

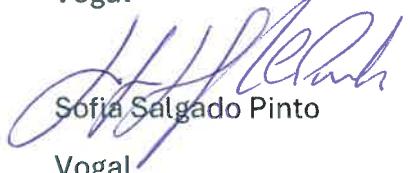

Luís Miguel Magalhães Ribeiro
Presidente


Miguel Pedro Duarte Pinto

Vogal


Henrique Ferreira Veiga de Macedo
Vogal


Fernando Paiva de Castro
Vogal


Sofia Salgado Pinto
Vogal

CONTAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2024	31 Dezembro 2023
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	2 467 289	2 254 623
Activos intangíveis	7	341 326	390 452
Participações financeiras	9	1 071 346	1 005 332
Ações Nexponor		1 070 471	1 004 456
Outros		876	876
Total do ativo não corrente		3 879 962	3 650 406
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	32 691	56 025
Outros ativos correntes	6 e 10	610 028	308 117
Diferimentos	14	2 399	2 325
Caixa e depósitos bancários	4	99 441	20 622
Total do ativo corrente		744 559	387 089
Total do ativo		4 624 521	4 037 495
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3 900 000	3 900 000
Resultados transitados	11	(475 215)	(484 508)
Excedentes de revalorização de ativos	11	457 338	264 923
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	205 869	235 253
		4 087 992	3 915 667
Resultado líquido do período	11	25 477	9 293
Total do fundo de capital		4 113 469	3 924 960
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	12	94 880	51 547
Total do passivo não corrente		94 880	51 547
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	18 950	7 320
Estado e outros entes públicos	13	7 438	20 365
Outros passivos correntes	10	11 448	28 959
Diferimentos	14	378 335	4 345
Total do passivo corrente		416 172	60 988
Total do passivo		511 052	112 535
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 624 521	4 037 495

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

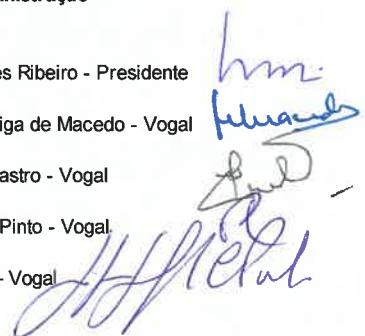
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2024	2023
Vendas e serviços prestados	15	87 641	139 053
Subsídios, doações e legados à exploração	16	127 778	124 752
Subsídios		11 778	112 372
Legados à exploração		116 000	12 380
Trabalhos para a Própria Entidade	7	-	54 136
Fornecimentos e serviços extemos	18	(181 894)	(256 909)
Gastos com o pessoal	19	(89 096)	(111 809)
Aumentos/(Reduções) de justo valor	9	66 014	9 272
Outros rendimentos e ganhos	15 e 17	135 647	150 545
Outros gastos e perdas	20	(48 405)	(35 645)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		97 685	73 395
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(72 208)	(62 951)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25 477	10 444
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		25 477	10 444
Imposto sobre o rendimento do período	21		(1 150)
Resultado líquido do período		25 477	9 293

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

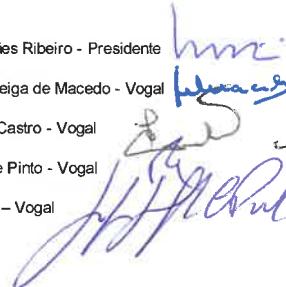
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERIODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Montantes expressos em Euros)

2023							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2023		3 900 000	(500 413)	264 923	263 424	15 904	3 943 839
Alterações no período: Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	15 904		(28 171)	(15 904)	(28 171)
		<u>3 900 000</u>	<u>(484 508)</u>	<u>264 923</u>	<u>235 253</u>	<u>-</u>	<u>3 915 667</u>
Resultado líquido do período						9 293	9 293
Resultado integral						9 293	3 924 961
Operações com instituidores no período Fundos	11	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período 2023	11	<u>3 900 000</u>	<u>(484 508)</u>	<u>264 923</u>	<u>235 253</u>	<u>9 293</u>	<u>3 924 961</u>
2024							
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2024	11	3 900 000	(484 508)	264 923	235 253	9 293	3 924 961
Alterações no período: Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	9 293	192 416	(29 384)	(9 293)	163 032
	11	<u>3 900 000</u>	<u>(475 215)</u>	<u>457 339</u>	<u>205 869</u>	<u>-</u>	<u>4 087 993</u>
Resultado líquido do período						25 477	25 477
Resultado integral						25 477	4 113 469
Posição no fim do período 2024	11	<u>3 900 000</u>	<u>(475 215)</u>	<u>457 339</u>	<u>205 869</u>	<u>25 477</u>	<u>4 113 469</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho

Paula Cristina Carvalho

O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal

Fernando Paiva de Castro - Vogal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal

Sofia Salgado Pinto - Vogal

hmz
henrique
fernando
miguel
sofia

JPF
luis

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

1.3 NIPC:

509 536 786

1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 6420-A/2018 de 19 de junho de 2018 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de dezembro, tendo sido constituída em 19 de novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

(Assinaturas)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		245 911	331 298
Pagamentos a fornecedores		(171 154)	(330 944)
Pagamentos ao pessoal		(48 095)	(67 138)
 Caixa gerada pelas operações		 26 663	 (66 785)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(1 150)	(345)
Subsídios e donatários		132 928	140 920
Outros recebimentos / pagamentos		(79 622)	(27 536)
 Fluxos das atividades operacionais [1]		 78 819	 46 255
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8 610)	
Ativos intangíveis		(77 929)	
Outros ativos		-	(86 539)
 Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	
Outros ativos		-	
 Fluxos das atividades de investimento [2]		 -	 (86 539)
 Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		78 819	(40 285)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	20 622	60 907
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	99 441	20 622

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

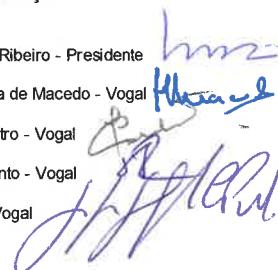
Luís Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vocal

Fernando Paiva de Castro - Vocal

Miguel Pedro Duarte Pinto - Vocal

Sofia Salgado Pinto - Vocal



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso 8259/2015, do Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A Fundação procedeu em 2017 e 2024 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente. Em sequência em 201, passou a a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro- Entidades do Setor Não Lucrativo.

*Manuel J.
R. S. A.*

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. A Fundação escolheu o modelo de revalorização constante do § 31 da NCRF 7, para valorização dos seu terreno e edifício, de forma a que os mesmos estejam registados pelo seu justo valor.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos capitais próprios da empresa, e as respetivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Software Informático	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

3.4 – Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Financeiro
S

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

lema-2

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

R. S.

liliana

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Fundação não tem instrumentos compostos.

3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de débito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de débito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

Liliana



As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

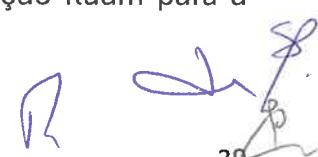
- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- 

fundação
S.

- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade. O rédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7- Subsídios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.8. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

Regime da periodização económica (acrédimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi

Juliano
compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.9- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:

- a) Justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao crédito

3.10- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (eventos ajustáveis) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (eventos não ajustáveis) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

R S



4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 detalha-se conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Numerário	232	108
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	99 209	20 514
	99 441	20 622
	99 441	20 622

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Alteração de Políticas Contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às utilizadas no período anterior.

Alteração em estimativas contabilísticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 não ocorreram alterações relevantes em estimativas contabilísticas face às efetuadas no período anterior.

Correção de erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 não existiram correções de erros materiais de períodos anteriores.

6 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:



leuac
✓

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, por via Estatutária.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Serviços prestados
	2024
AEP- Gestão de Participações, SA	<u>105 997</u>
	<u>105 997</u>
	2023
AEP- Gestão de Participações, SA	<u>120 147</u>
	<u>120 147</u>

Em 2024, os 105.997 Euros de serviços prestados dizem essencialmente respeito a “Royalties” faturados à AEP- Gestão e Participações, SA pela utilização do seu nome e imagem e suportados por contrato com a mesma (120.147 Euros em 2023) (Nota 17).

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2024:

	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Contas a pagar correntes (Nota 10)
Associação Empresarial de Portugal	3 429	2 239
AEP- Gestão de Participações, SA	<u>97 101</u>	<u>100 530</u>
	<u>100 530</u>	<u>2 239</u>

2023:

*L. S.
J. P.*

	Contas a receber líquidas (Nota 10)	Contas a pagar correntes (Nota 10)
Associação Empresarial de Portugal	12 889	1 322
AEP- Gestão de Participações, SA	83 348	
	<u>96 237</u>	<u>1 322</u>

Em 2020 procedeu-se à alienação da participação no CESAE, pelo valor de 12.889 euros, à AEP, em resultado de um acordo celebrado entre a AEP e o CESAE, em sequência da transformação do CESAE num Centro Protocolar. Este valor permaneceu em dívida, pela AEP à Fundação AEP, até dezembro de 2023 (Nota 10).

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos	2024		2023	
	Outros Ativos		Total	
	Intangíveis			
Ativos				
Saldo inicial	487 686		409 757	
Aquisições	-		54 135	
Transferências e abates	-		23 794	
Saldo final	<u>487 686</u>		<u>487 686</u>	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade				
Saldo inicial	97 234		56 735	
Amortizações do exercício	<u>49 126</u>		<u>40 500</u>	
Saldo final	<u>146 360</u>		<u>97 234</u>	
Ativos líquidos	<u>341 326</u>		<u>390 452</u>	

Em 2021, foi concluído o Portal do investidor Diáspora, que visa reforçar o apoio ao regresso de portugueses e de lusodescendentes e apoiar o investimento da Diáspora em Portugal, no valor de 25.701 euros e o Portal Rotas Lusitanas Diáspora, que promove os estabelecimentos que comercializem produtos nacionais, incentivando outras empresas a comercializarem


produtos e/ou marcas portuguesas, para atrair clientes junto das comunidades portuguesas, no valor de 25.701 euros, ambos alojados em www.redeglobal.pt.

Em 2022, concluiram-se os trabalhos do Portal Desafio 2030, no valor de 50.886 euros, que visa fomentar a colaboração e a transferência de conhecimento entre as entidades que compõem o Sistema Científico e Tecnológico Nacional através da ativação de ações estratégicas, e o Portal Business Intelligence, no valor de 75.857 euros, que é a maior rede social colaborativa dirigida à diáspora portuguesa, que liga as empresas nacionais às comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.

Em 2023 foram concluídos os trabalhos para o Portal Empreender 45-60, pelo valor de 77.929 euros. Esta plataforma tem por objetivo identificar e analisar estratégias de emprego implementadas em países pertencentes à União Europeia, direcionadas à população desempregada e qualificada, com idade superior a 45 anos, procurando identificar os principais drivers de sucesso.

Nos trabalhos de construção destas plataformas utilizaram-se recursos próprios e adquiridos para o efeito e estão refletidos na demonstração de resultados na rúbrica “trabalhos para a própria empresa”.

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2024				
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689 224	1 803 343	14 772	36 811	2 544 150
Revalorização	73 383	162 365	-	-	235 748
Saldo final	762 607	1 965 708	14 772	36 811	2 779 899
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	257 719	7 962	23 848	289 528
Amortizações do exercício	-	20 671	876	1 535	23 082
Saldo final		278 390	8 838	25 382	312 610
Ativos líquidos	762 607	1 687 318	5 934	11 428	2 467 289

	2023				
	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689 224	1 803 343	7 772	36 811	2 537 150
Aquisições	-	-	7 000	-	7 000
Saldo final	689 224	1 803 343	14 772	36 811	2 544 150
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	237 047	7 772	22 258	267 077	
Amortizações do exercício	-	20 671	190	1 590	22 451
Saldo final	257 719	7 962	23 848	289 528	
Ativos líquidos	689 224	1 545 624	6 810	12 963	2 254 623

A empresa procedeu em 2024 à revalorização de todos os terrenos e do edifício, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, uma vez que desde 2017, utiliza o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização dos terrenos, os mesmos passaram a estar registados pelo montante de 762.607 euros, a sua nova base de custo, e gerado um incremento patrimonial de 73.383 euros e o edifício passou a estar registado pelo valor líquido de 1.687.318 euros, gerando um incremento patrimonial de 162.365 euros.

As depreciações do exercício, no montante de 23.082 euros (22.451 euros em 2023) foram registadas na totalidade na rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e amortização”.

9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2024 e de 2023 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

	2024	2023
FGCT	876	876
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	1 070 471	1 004 456
	1 071 346	1 005 332

O valor referente à Nexponor Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo Sicafi corresponde a títulos representativos de cerca de 2% do Fundo Imobiliário e que se encontram valorizados a 4,47 euros, de acordo com a proporção no seu capital próprio a 31 de dezembro de 2024. A Nexponor que iniciou a sua atividade em 9 de maio de 2013 foi constituída com uma duração de 10 anos. Em 28 outubro de 2022 os acionistas em assembleia geral deliberaram a não prorrogação do fundo, tendo como consequência a

entrada em liquidação em 2 de maio de 2023 e com prazo a terminar em 2 de maio de 2024. Em 24 de abril de 2024, reuniram novamente os acionistas em assembleia geral, tendo decidido em face das negociações em curso para a alienação dos ativos, deliberar a extensão do prazo de liquidação para o dia 2 de novembro de 2024. Prevendo-se, posteriormente, a impossibilidade de liquidar o fundo, decidiram, em assembleia geral que o prazo de liquidação se prolongasse para 2 de maio de 2025. Entretanto, em 21 de abril de 2025, em face da impossibilidade de liquidar o fundo, decidiram os acionistas em assembleia geral substituir a Sociedade Gestora FundBox pela Ínsula Capital e prorrogar o prazo de liquidação para 02 de maio de 2026. Encontra-se, neste momento, em curso o processo de substituição da sociedade junto da CMVM. Processo que merece a concordância desta entidade.

Face ao descrito, em particular, ao início de funções da nova Sociedade Gestora – Ínsula Capital, como ao início da estruturação de novo processo de colocação dos ativos no mercado, bem como à aprovação do Pedido de Informação Prévia em 11 de abril de 2024 e da conclusão do processo de negociação da AUDAC com a assinatura do acordo por escritura pública com a Câmara Municipal de Matosinhos e os restantes proprietários a 19 de abril de 2024, é convicção do Conselho de Administração que o valor registado nas contas será recuperado.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:

	2024	2023
Participações financeiras		
Saldo inicial	1 005 332	995 957
Aumentos	-	103
Aumentos/(Reduções) de justo valor	<u>66 014</u>	<u>9 272</u>
Saldo final	<u>1 071 346</u>	<u>1 005 332</u>

A linha “aumentos/reduções de justo valor” no valor de 66.014 euros, positivos (9.272 euros, positivos em 2023), refere-se ao ajustamento dos títulos no Fundo Imobiliário a 31 de dezembro de 2024, tendo em consideração a variação do património daquele fundo no período.

10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2024			2023		
	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Disponibilidades:						
Numerário (Nota 4)	232	-	232	108	-	108
Depósitos à ordem (Nota 4)	99 209	-	99 209	20 514	-	20 514
	99 441	-	99 441	20 622	-	20 622
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Créditos a receber	32 691		32 691	56 025		56 025
Outros ativos correntes (Nota 6)	610 028		610 028	308 117		308 117
	642 719	-	642 719	364 142	-	364 142
	742 160	-	742 160	384 764	-	384 764

PASSIVOS FINANCEIROS	2024	2023
	2024	2023
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 10)	18 950	7 320
Outras passivos correntes (Nota 10)	11 448	28 959
	30 398	36 278

10.2 Créditos a receber e outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica créditos a receber apresentava a seguinte composição:

	2024			2023		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido:						
0-180 dias	15 114	-	15 114	56 025	-	56 025
180-360 dias	14 100	-	14 100	-	-	-
360-540 dias	123	-	123	-	-	-
540-720 dias	246	-	246	-	-	-
> 720 dias	3 108	-	3 108	-	-	-
	32 691	-	32 691	56 025	-	56 025

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Outros ativos correntes” apresentavam a seguinte composição:

	2024			2023		
	Quantia bruta	Imparidade 90	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Devedores por acréscimo de rendimento (Nota 6)	90 308	-	90 308	53 689	-	53 689
Outras contas a receber (Nota 6)	519 720	-	519 720	254 428	-	254 428
	610 028	-	610 028	308 117	-	308 117

A rubrica de “Devedores por acréscimo de rendimento” respeita a subsídios já aprovados pelas entidades competentes, mas ainda não recebidos, para fazer face a custos já incorridos, no montante de 28.354 euros (49.225 euros em 31 de dezembro de 2023) e uma estimativa de patrocínios no valor de 90.308 euros (83 euros para a divulgação da imagem do Grupo AEP e das suas participadas na Plataforma da Diáspora em 31 de dezembro de 2023).

A rubrica “Outras contas a receber” em 2024 engloba:

- Subsídios que faltam receber no valor de 418.468 euros (157.690 euros em 31 de dezembro de 2023) (Nota 16);
- “Royalties” faturados à AEP- Gestão e Participações, SA pela utilização do seu nome e imagem e suportados por contratos com as mesmas (Nota 6), no valor de 97.101 euros (83.148 euros pela divulgação da imagem do Grupo AEP e das suas participadas na Plataforma da Diáspora em 31 de dezembro de 2023)

Em 2023, a acrescer aos valores identificados havia 12.889 euros referentes à alienação da participação no CESAE, à AEP, em resultado de um acordo celebrado entre a AEP e o CESAE, em sequência da transformação do CESAE num Centro Protocolar.

10.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	2024	2023
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	18 950	7 320
	18 950	7 320

Os valores registados na rubrica de fornecedores, referem-se ao Golf, ao Aniversário da FAEP e à execução dos projetos em curso, nomeadamente, Desafios 2030 e ACTIVE – Centros de Impacto.

felizmente
S

10.4 Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro 2024 e 2023 a rubrica “Outros passivos correntes” apresentava a seguinte composição:

	2023	2023
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	7 783	8 631
Outros credores	3 665	20 327
	11 448	28 959

Em 2024, a rubrica “Outros credores” engloba 2.465 euros de valores de donativos a regularizar, no âmbito da atividade institucional Golf Business CUP.

R

A rubrica “Outros credores” em 2023 engloba:

- 8.024 euros referentes a cauções destinadas a garantir a celebração dos contratos que têm por objeto a aquisição de serviços de consultoria, empresariais diversos e afins, tendentes à execução do projeto “Rede Global da Diáspora 2.0” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;
- 10.982 euros referentes a caução destinada a garantir a celebração do contrato que tem por objeto a aquisição de serviços de consultoria no âmbito da execução do projeto “Empreender 45-60- estratégia Nacional de Apoio ao Empreendedorismo Sénior” inserido no âmbito do Sistema de Apoio às Ações Coletivas do COMPETE2020;

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Credores por acréscimos de gastos” tinha a seguinte composição:

	2024	2023
Remunerações a liquidar	7 728	6 909
Outros acréscimos de custos	55	1 723
	7 783	8 631

11 FUNDO PATRIMONIAL

Fundo social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Fundo Social da Fundação é de 3.900.000 euros e está totalmente subscrito e realizado.

S
po

Reservas Legais

Almeida
A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Resultados Transitados e Outras Variações dos Fundos Patrimoniais

A 31 de dezembro de 2024 e 2023 os “Resultados transitados” e as “Outras Variações dos Fundos Patrimoniais” eram os seguintes:

	Resultados Transitados	Excedente de revalorização de ativos	Outras variações do capital próprio	Total
Quantia em 1-1-2023	(500 413)	264 923	263 424	27 934
Aplicação do resultado de 2022	15 904	-	-	15 904
Reconhecimento de subsídio ao investimento (Nota 15)	-	-	(28 171)	(28 171)
Quantia em 31-12-2023	(484 508)	264 923	235 253	15 668
Aplicação do resultado de 2023	9 293	-	-	9 293
Reconhecimento do subsídio ao investimento (Nota 15)	-	-	(29 384)	(29 384)
Outras variações dos fundos patrimoniais	-	192 415	-	192 415
Quantia em 31-12-2024	(475 215)	457 338	205 869	187 992

O resultado positivo, no valor de 9.293 euros, de 31 de dezembro de 2023 foi transferido para resultados transitados.

A empresa procedeu em 2024 à revalorização de todos os terrenos e do edifício, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, uma vez que desde 2017, utiliza o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização a FAEP registou um excedente de revalorização dos ativos de 192.415 euros, registado na rubrica “Excedente de revalorização de ativos”.

A rubrica “Outras variações dos fundos patrimoniais” corresponde a subsídios ao investimento, não reembolsáveis, para a construção do portal do investidor Diáspora, a uma plataforma de suporte à rede colaborativa alojada em www.redeglobal.pt, ao portal Desafios 2030, ao Portal Business Intelligence e ao portal Empreender 45-60. Estes subsídios são inicialmente reconhecidos nesta rubrica de fundo social, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados em função da depreciação dos ativos a que estão associados (Nota 7, 15 e 17).

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A empresa procedeu em 2024 à revalorização de todos os terrenos e do edifício, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, uma vez que desde 2017, utiliza o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização dos terrenos, os mesmos passaram a estar registados pelo montante de 762.607 euros, a sua

felizmente
nova base de custo, e gerado um incremento patrimonial de 73.383 euros e o edifício passou a estar registado pelo valor líquido de 1.687.318 euros, gerando um incremento patrimonial de 162.365 euros e os correspondentes passivos financeiros de 43.333 euros naquela data.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2024		2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	-	-	-	1 150
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	777	-	727
Imposto sobre o valor acrescentado	-	4 892	-	16 568
Contribuições para a Segurança Social	-	1 770	-	1 919
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
		7 438		20 365

14 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2024	2023
Diferimentos ativos		
Outros gastos a reconhecer	2 399	2 325
	<hr/>	<hr/>
2 399	2 325	
Diferimentos passivos		
Subsídios à exploração por executar	378 335	4 345
	<hr/>	<hr/>
378 335	4 345	

Na rubrica “Subsídios à exploração por executar” estão registados os projetos acordados no âmbito do Compete 2020 e que se encontram por executar (Nota 16).

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é detalhado conforme se segue:

F. L. M. A. C. B. S. 53

	2024	2023
Prestação de serviços	87 641	139 053
Outros	263 424	275 297
	<u>351 066</u>	<u>414 350</u>

A prestação de serviços engloba encontros, conferências e debates ao almoço subordinados a vários temas relacionados com a área empresarial e aluguer das instalações da FAEP para eventos organizados por terceiros.

	2024	2023
Subsídios (Nota 16)	127 778	124 752
Aumentos/(Reduções) de justo valor (Nota 9)	-	-
Outros rendimentos e ganhos	29 732	30 398
Royalties (Nota 6, 10 e 17)	<u>105 914</u>	<u>120 147</u>
	<u>263 424</u>	<u>275 297</u>

O montante registado na rubrica “Royalties” diz respeito a proveitos faturados às outras entidades do Grupo AEP pela utilização do seu nome e imagem, suportados por contratos com as mesmas (Notas 6, 10 e 17).

16 SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rérito do período	Rérito acumulado
Subsídios à exploração:					
	549 551	131 083	418 468	11 778	142 861
	<u>549 551</u>	<u>131 083</u>	<u>418 468</u>	<u>11 778</u>	<u>142 861</u>

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 116.000 euros (12.380 euros em 2023).

17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os outros rendimentos e ganhos reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados conforme se segue:

	2024	2023
Reconhecimento de subsídios ao investimento (Notas 11 e 15)	29 384	28 171
Royalties (Nota 6, 10 e 15)	105 914	120 147
Outros	349	2 227
	135 647	150 545

Em 2024 foram prestados serviços no valor de 105.914 Euros (120.147 euros em 2023) que dizem essencialmente respeito a “Royalties” faturados à AEP- Gestão e Participações, SA pela utilização do seu nome e imagem e suportados por contrato com a mesma (Nota 6).

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme segue:

	2024	2023
Subcontratos	86 969	184 234
Electricidade	9 271	4 660
Água	7 315	7 975
Material de escritório	205	193
Conservação e reparação	5 483	5 838
Comunicação	1 909	2 077
Publicidade	4 035	-
Vigilância e segurança	30 660	27 408
Trabalhos especializados	11 232	4 205
Seguros	2 325	2 253
Limpeza, higiene e conforto	6 175	5 284
Deslocações e estadas	689	-
Outros fornecimentos e serviços	15 627	12 783
	181 894	256 909

Em 2023 os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos-subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos no Golf Business Cup, em atividade subsidiada, no âmbito do programa COMPETE e na Plataforma Diáspora 2.0, na Rede Global da Diáspora 2.0 e do Portal Empreender 45-60.

Em 2024 os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos-subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos no Golf Business Cup, em atividade subsidiada, no âmbito do programa ACTIVE- Centros de Impacto.

19 GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2024 e 2023 é conforme se segue:

	2024	2023
Remunerações do pessoal	72 053	91 342
Encargos sobre remunerações	15 103	18 676
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	314	375
Outros	1 626	1 415
	89 096	111 809

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos relativamente aos órgãos sociais.

O número médio de colaborados de 2024 e 2023 foi de 1 e 2, respetivamente.

20 OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica “outros gastos e perdas” engloba 43.132 euros, referente ao encerramento dos projetos Empreender 45-60 II e Desafio 2030 (32.020 euros em 31 de dezembro de 2023, referente ao encerramento dos projetos Rede Global Diáspora 1.0, Apreender 3.0 e Empreender 2020).

21 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do art.º 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

A FAEP é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, cuja soma algébrica corresponde ao Rendimento global. Os subsídios destinados a financiar a realização dos fins estatutários são rendimentos não sujeitos a IRC, pelo que não devem ser relevados nem na declaração modelo 22 nem no anexo D da declaração modelo 22, por não serem rendimentos sujeitos ou isentos.

A matéria coletável obtém-se pela dedução ao rendimento global, incluindo os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito, determinados nos termos do artigo 53.º do CIRC, dos gastos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a imposto e não isentos, nos termos do artigo 54.º CIRC e de benefícios fiscais eventualmente existentes que consistam em deduções naquele rendimento.

A taxa a aplicar, aos rendimentos sujeitos e não isentos de IRC, é de 21%, conforme o n.º 5 do artigo 87.º do CIRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido

concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

Em 31 de dezembro de 2024 a estimativa de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas ascendia a 0,00 euros, (1.150 Euros em 2023), determinada conforme legislação em vigor.

	2024	2023
Resultado antes de imposto	(25 717)	10 444
Gasto com impostos sobre o rendimento	-	(1 150)

22 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

23 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 20 de maio de 2025. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho



O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Presidente



Henrique Ferreira Veiga de Macedo - Vogal



Fernando Paiva de Castro - Vogal



Miguel Pedro Duarte Pinto - Vogal



Sofia Salgado Pinto – Vogal